

4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Clair Castilhos Coelho

Secretária Executiva

Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Associação Casa da Mulher Catarina

2015/2016

APRESENTAÇÃO

“Mais direitos, participação e poder para as Mulheres”

Objetivos

- ❖ **Fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres.**
- ❖ **Traçar estratégias para que as políticas públicas de igualdade para as mulheres sejam efetivas nas 27 Unidades da Federação e nos 5.570 municípios do País.**

EIXOS CENTRAIS

- I. Contribuição dos Conselhos de Direitos da Mulher e dos Movimentos Feministas e de Mulheres para a efetivação da Igualdade de Direitos e Oportunidades.**
- II. Estruturas Institucionais e Políticas Públicas Desenvolvidas para Mulheres no Âmbito Municipal, Estadual e Federal: Avanços e Desafios.**
- III. Sistema Político com Participação das Mulheres e Igualdade.**
- IV. Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres.**

I. CONTRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS DOS DIREITOS DA MULHER E DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS E DE MULHERES PARA A EFETIVAÇÃO DA IGUALDADE DE DIREITOS E OPORTUNIDADES

Conselhos dos direitos da mulher, movimentos de mulheres e feministas

- ❖ Transformar a ordem dominante onde o poder é masculino, regulador e hierárquico e que se quer universal.
- ❖ Articulações dos movimentos feministas / movimentos de mulheres para a construção de uma sociedade equitativa com o rompimento da ordem patriarcal.
- ❖ Desestruturar as relações de poder daqueles que estão no âmbito do público (do sujeito cidadão, feito a imagem e semelhança do “Homem”) e seus temas de interesse “geral”, “universal”, como economia, meio ambiente, saúde, educação;
- ❖ Incluir aqueles que ocupam a margem ou a periferia (as mulheres, os negros, as crianças) com seus temas “particulares”, “específicos” considerados acessórios como relações de gênero, geracionais, raciais, sexuais que produz e reproduz as desigualdades e as iniquidades.

Esse eixo condutor se constitui em questão central da 4ª Conferência, em nome de princípios de igualdade, de equidade e de justiça social.

A presença dos movimentos

A presença do movimento feminista e de mulheres na vida social e pública brasileira ressurgiu como uma segunda onda em meados dos anos 1970. Ressurge com a luta das mulheres pela redemocratização, contra a histórica discriminação feminina e pela inclusão de seus direitos humanos na sociedade brasileira.

BRASIL – REDEMOCRATIZAÇÃO

1983 – CONSELHOS ESTADUAIS – SP E MG

1984 – CAMPANHA DA DIRETAS

1985 – SARNEY / RUTH ESCOBAR, PMDB – MULHER, MOVIMENTO FEMINISTA, SINDICALISTAS, INTELLECTUAIS, ACADÊMICAS, MULHERES NEGRAS.

1986 – CONSTITUINTE

A DÉCADA DE 1980 A 1990 FOI MARCANTE PARA A HISTÓRIA DAS MULHERES BRASILEIRAS.

ANOS 1980: OPERA-SE NO PLANO POLÍTICO E NORMATIVO, O RESGATE FORMAL DA CIDADANIA

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher CNDM

O CNDM foi criado pela Lei nº 7.353 de 29 de agosto de 1985, vinculado ao Ministério da Justiça.

Sua criação foi um avanço importante no aparelho do estado brasileiro.

Significou a instituição de um mecanismo voltado a atuar em prol da erradicação das assimetrias presentes na vida das mulheres brasileiras.

Foi o resultado do aumento da participação feminina na política e um avanço da presença feminina nos espaços públicos prosseguindo acelerado a partir dos anos 1990.

Estratégias de luta

Em 1988, o processo de luta concentrou-se na Constituinte, com o envio da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes.

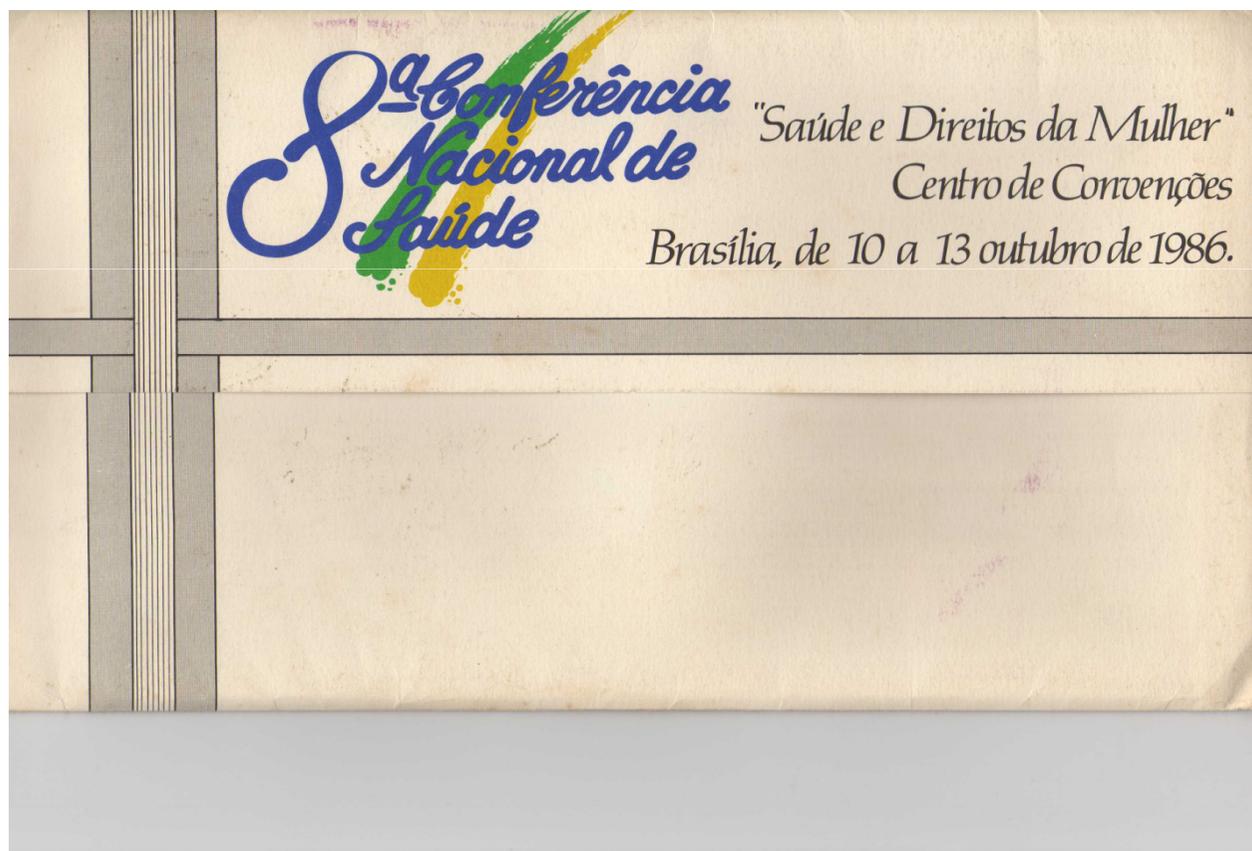


Constituição de 1988

PELA PRIMEIRA VEZ NA CONSTITUIÇÃO IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL, IGUALDADE DE DIREITOS NA SOCIEDADE CONJUGAL.

ANOS 1990: EXTENSA PRODUÇÃO NORMATIVA NACIONAL VOLTADA À REGULAMENTAÇÃO E À PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS.

Saúde e controle social



Demandas propostas pelas mulheres aprovadas e incorporadas à nova Constituição

- ❖ **Explicitação e consolidação de que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição” (Art. 5º, I).**
- ❖ **“que a sociedade conjugal seria exercida pelo homem e pela mulher” (Art. 22, & 5º).**

Foi ampliado o protagonismo das mulheres, cuja atuação foi fortalecida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Houve intensa participação no processo constituinte e nos anos seguintes na sociedade brasileira.

As Conferências da ONU

- ❖ **ECO 92 – Rio de Janeiro**
- ❖ **Direitos Humanos – 1993 – Viena**
- ❖ **População e Desenvolvimento – 1994 - Cairo**
- ❖ **4ª Conferência Internacional da Mulher – 1995 – Beijing**
- ❖ **III Conferência Mundial de combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e intolerância correlata – 2001 - Durban**

O século xx

Nos últimos trinta anos o movimento feminista e de mulheres brasileiras avançou por todo o território nacional. Denunciou a invisibilidade feminina nos espaços domésticos e sua posição secundária na sociedade.

A força das mulheres se expressa nos movimentos sociais, associações de bairros ou grupos de mães e comunitários, sindicatos, associações classistas e em inúmeras redes feministas.

O século xx

Esta variedade da representação política das mulheres é composta de mulheres negras, brancas, das diversas etnias nacionais, lésbicas, travestis e transexuais que anseiam construir um Brasil igual para todas e todos.

No CNDM participam 28 associações e redes de mulheres, feministas, sindicalistas, profissionais, estudantis, lésbicas e transexuais e representam o múltiplo o mosaico do povo brasileiro.

Preconceito e Opressão

O pensamento patriarcal alimenta-se dos preconceitos, realiza-se na opressão cultural e concretiza-se no silêncio, na submissão e na dominação das mulheres.

Domínio sobre as mentes e os corações.

FRANÇA MAIO DE 1968

“SÓ TEREMOS BONS SENHORES QUANDO CADA UM FOR SENHOR DE SI MESMO”

“SEJA REALISTA BUSQUE APENAS O IMPOSSÍVEL”

A INTERPRETAÇÃO DA SOCIEDADE E SUAS DESIGUALDADES/INIQUIDADES E INJUSTIÇAS APENAS SOB A ÓTICA DA LUTA DE CLASSES NÃO DAVA MAIS CONTA DE EXPLICAR TODOS OS FENÔMENOS.

PACIFISMO, LUTA ECOLÓGICA, REAFIRMAÇÃO DO FEMINISMO, RACISMO, XENOFOBIA, ENTRE OUTRAS.

O maior dos desafios

**GRANDE E DEFINITIVO DESAFIO -
INCLUSÃO NA POLÍTICA EM UM MUNDO
GLOBALIZADO, COMPLEXO,
DIVERSIFICADO, MULTICULTURAL,
MULTIRRACIAL, DESIGUAL, COM
INACEITÁVEL POLARIZAÇÃO
INTERNACIONAL E DE CLASSES.**

O SÉCULO XXI COMEÇOU EM PEQUIM

Rosiska Darcy de Oliveira

(...) Minha geração encontrou o tempo em que às mulheres coube o susto de se perder. De, subitamente, no espaço de uma vida, ver dissolverem-se certezas milenares, sentir fugir o chão debaixo dos pés. E, por isso mesmo, ter que assumir de agora em diante a inédita autoria do feminino. A autoria do feminino é o movimento que farão as mulheres no próximo milênio. Um feminino que não é mais o que era antes e que não pode ser definido senão como um processo de desorganização ou, banalmente falando, de transformação.

Quebrou-se o mecanismo mais confortável do pensamento, o que define alguma coisa pelo seu contrário(...).

Armadilhas da História

Masculino e feminino se definiam por esta inversão de sinais, por uma relação de exclusão mútua que alguns preferiam, benignamente, chamar de complementaridade. Mas, a história prepara armadilhas (...)

Mudou o lugar social das mulheres, mudou sua experiência do mundo. As mulheres ficam assim divididas entre passado e futuro, entre memória e projeto.

O movimento mundial de mulheres tem sido desafio e exigência de transgressão (...) Vivemos hoje o desmentido desta ordem, o mergulho numa desordem que, paradoxalmente, é organizadora.

O terceiro milênio nos pertence!

Sair da invisibilidade e falar com voz própria foi para as mulheres a grande vitória histórica com que marcaram o século XX.

Muito Obrigada!!

clair.castilhos@gmail.com

Fone: (48) 9988 7476

II. ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PARA MULHERES NO ÂMBITO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL: AVANÇOS E DESAFIOS.

Sociedade e formas de participação

A luta pela igualdade de todas as mulheres é um dos desafios mais importantes para elevar a participação e a inclusão social no Brasil.

O QUE FAZER?

Reivindicar a instalação dos organismos de políticas públicas para as mulheres pelos municípios e Unidades da Federação exigindo dos administradores públicos uma ação mais efetiva pelos direitos das mulheres.

Buscar saber e conhecer o que são os serviços públicos, como se apresentam, como funcionam, o que podem significar para a melhoria de suas condições de vida e impedir qualquer ameaça de exclusão.

Exigir atenção especial às mulheres em situação de violência e também para aquelas, cujas condições de saúde e de assistência social são precárias e vulneráveis.

É indiscutível que, na última década, tem se expandido de maneira importante a rede de serviços públicos de atendimento às mulheres, em todo o país, mas ainda é insuficiente. Em 2013 um terço (27,5%) dos municípios brasileiros possuíam estrutura para formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres. Em 2009 esse percentual era de 18,7%. (IBGE, 2013)

Rede de serviços públicos de atendimento às mulheres

Alguns exemplos de equipamentos e estruturas para levar as políticas à camadas da população feminina desprotegidas.

Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres Rurais em Situação de Violência - ônibus e barcos adaptados que levam serviços especializados às populações com menores condições de acesso. As unidades móveis - que fazem parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e se somam ao programa 'Mulher, Viver sem Violência' – tem como objetivo integrar serviços para aplicação da Lei Maria da Penha no campo, na floresta e nas águas. Com essa ação são levados serviços de segurança pública, justiça, assistência psicossocial e informação sobre a Lei Maria da Penha para cerca de 15 milhões de brasileiras, que vivem em áreas remotas do país.

Ônibus – (54 unidades – duas por Unidade da Federação), cuja gestão é compartilhada com estados e municípios. Essas unidades levam informações e prestam serviços de assistência social e jurídica, psicológica e de segurança pública às mulheres do campo, da floresta e das águas.

Barcos – a ação é uma parceria com a Caixa Econômica Federal, compartilhando a navegação que a agência fluvial da Caixa faz na Ilha do Marajó. O barco chega a oito municípios que estão entre os de IDH mais baixos do país.

Programa Mulher Viver sem Violência

O Programa possui seis estratégias de ação:

- 1. Implantação da Casa da Mulher Brasileira em todas as capitais do País;**
- 2. Ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; organização e humanização do atendimento às mulheres vítimas de violência sexual;**
- 3. Criação dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca;**
- 4. Campanhas continuadas de conscientização;**
- 5. Unidades Móveis para o atendimento das mulheres do campo e da floresta.**

Controle Social

Há gastos do Estado, gastos sociais, que não são feitos no sentido da reprodução do capital. São gastos determinados pela luta de classes, com finalidades sociais. (Chico de Oliveira,1995)

Controle Social

É a possibilidade de a sociedade organizada intervir nas ações do Estado, no gasto público, redefinindo-o na direção das finalidades sociais, resistindo à tendência de servir com exclusividade à acumulação de capital. (Maria Valéria Costa Correia, 2000)

Como se dá essa intervenção?

Conferências

Conselhos

Ouvidorias

Audiências Públicas

Redes Sociais

Conferências e Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres

Nas conferências anteriores (2004, 2007 e 2011) foi elaborada uma política de igualdade para as mulheres brasileiras e resultou nos Planos Nacionais I, II e III de Políticas para as Mulheres (PNPM).

A realização destas conferências significaram momentos extremamente ricos para as mulheres brasileiras; possibilitaram que milhares de mulheres dos mais diversos municípios do País se reunissem para conversar sobre suas vidas e necessidades.

As conferências sistematizam as ações e demandas feitas e as incluem nas políticas públicas a partir da estratégia de transversalidade de gênero e de raça/etnia nas administrações federal, estaduais e municipais.

De forma sucinta estes planos traçaram os compromissos do Brasil com o enfrentamento das desigualdades entre mulheres e homens e reconheceram o papel fundamental do Estado brasileiro no combate às desigualdades sociais.

O impacto das políticas públicas coordenadas pela SPM na vida das mulheres

A ascensão do governo democrático e popular iniciado em 2003 redirecionou e ampliou a responsabilidade do Estado na estruturação de políticas públicas para as mulheres.

Foi criada a Secretaria de Política para as Mulheres – SPM.

Reivindicações históricas do movimento de mulheres e feministas foram concretizadas:

Lei 11.340 de 7/8/2006, nominada de Lei Maria da Penha;

Aprovação da PEC das trabalhadoras domésticas;

Avanços na construção de creches ;

Sanção presidencial à Lei nº 13.104, de 09/3/ 2015, Lei do Feminicídio, que altera o Código Penal;

Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que grávidas de fetos sem cérebro poderão optar por interromper a gestação com assistência médica.;

Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013, aprovada durante a 169ª Sessão Plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aprovou o registro em todos os cartórios do Brasil dos casamentos civis de casais do mesmo sexo ou deixar de converter em casamento a união estável homoafetiva.

Lei nº 150, de 1º/6/2015, estabelece uma série de garantias aos empregados domésticos. Além do recolhimento previdenciário e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A importância da inclusão da perspectiva racial

A trajetória de luta das mulheres negras brasileiras no interior do movimento feminista nacional e no interior do próprio movimento negro tem sido de extrema importância. O racismo deve ser compreendido em todas as suas manifestações presentes nas diferentes sociedades, cujo Estado, ainda guarda significados patriarcais.

A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, em março de 2003, no governo do presidente Lula, foi o reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro.

São três os elementos estruturantes da desigualdade:

1. classe - associado à condição sócio-econômica e menor prestígio na escala social;
2. gênero - que determina a diferença sexual;
3. racial - associado à construção da identidade pessoal de ser mulher negra.

É fundamental que a 4ª Conferência reconheça a importância de articular a condição racial e de gênero em relação à situação das mulheres negras, na esfera pública contribuindo para a construção de um novo mundo mais plural e equitativo.

Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia

As mulheres negras, indígenas e lésbicas encontram-se expostas a diversas formas de violência e mecanismos de exclusão na sociedade, e nas políticas públicas ainda são pouco consideradas. A melhora das condições de vida destes grupos populacionais depende de compromisso político que assegure o enfrentamento do racismo, do sexismo, e da lesbofobia, uma vez que reforçam as desigualdades na sociedade brasileira.

A educação para a cidadania, laica, voltada para os direitos humanos e a promoção da igualdade, a cultura para valorização da diversidade e convivência com as diferenças, a implementação de ações de comunicação que valorize a construção de um imaginário positivo de mulheres negras, indígenas e lésbicas são mecanismos urgentes no enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia.

III SISTEMA POLÍTICO COM PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E IGUALDADE

Participação das mulheres nos processos de luta

A luta das mulheres pelo direito ao voto se vinculava ao direito de eleger, mas também ao de ser eleita. A conquista do direito ao voto foi uma das principais expressões de vitória do feminismo no sentido de mudança conquistada, mas também mostra os limites, pois essa conquista não assegurou a presença equitativa, ou mesmo significativa, das mulheres nos espaços de representação e de poder.

A análise da igualdade e da participação, de um lado, revela as derrotas, as tensões e conflitos, mas também as estratégias construídas pelas mulheres para romper com essa barreira; também revela que a prática de auto-organização e de construção de um movimento próprio teve origem nessa exclusão da participação nos espaços de poder e representação.

No Brasil, assim como no movimento feminista internacional, a retomada de ações feministas nos anos 1970 problematizou o conceito de política vinculado à falsa dicotomia entre pessoal e político.

Foi nesse processo de questionamento da ordem autoritária do regime vigente nos anos 1970 e de busca pela democratização da sociedade que o movimento de mulheres e feminista no Brasil se articulou de forma bastante particular. Fruto da confluência da atuação de grupos feministas, de mulheres de setores populares, dos movimentos negros, do campo e da floresta, lésbicas e sindicalistas.

O SÉCULO XXI

Entre vitórias e derrotas chegamos ao século XXI com maior visibilidade sócio-política mas ainda desiguais.

Em síntese, podemos afirmar que a confluência da organização feminista com um amplo movimento popular possibilitou a formação de um movimento de mulheres forte e enraizado, ao mesmo tempo em que ocorreu a rearticulação dos partidos políticos no Brasil.

Ao ingressar no século XXI, a plataforma feminista ampliou-se a partir da necessidade de responder a diversidade e pluralidade das mulheres brasileiras, propondo como estratégia, além da agregação de uma pauta de direitos das mulheres articulada ao modelo de desenvolvimento em curso, o questionamento das bases do modelo atual, uma vez que este ainda é gerador de desigualdades estruturantes. Reagir a esse modelo requer que sejam propostas rupturas que questionem o racismo, a lógica do lucro e de mercado e de destruição da natureza.

Tudo isso desemboca em uma construção ampla e radical, com produção de novos sentidos para a participação, a democracia, as representações, a subjetividade. O reforço da necessidade de democratizar a democracia é expressão dessa construção de novos sentidos.

IV. SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES

Avançar em direção a um Sistema Nacional de Política para as Mulheres

O objetivo central do EIXO IV DA 4ª CNPM é discutirmos subsídios para a criação de um mecanismo nacional que garanta os direitos das mulheres mediante articulação das políticas públicas em todas as esferas de governo (União, Estados e Municípios), e que possibilite o aumento da cobertura e da eficácia das ações desenvolvidas. Aperfeiçoando a gestão democrática das políticas para as mulheres.

Para efetivar esta política a SPM e o CNDM propõem que esta 4ª Conferência discuta e forneça subsídios e recomendações para a criação de um SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.

Avançar em direção a um Sistema Nacional de Política para as Mulheres

Há uma interação entre o governo com a sociedade para a formulação das políticas públicas. Estas são conceitualmente decisões de governo, e traduzem ideias de valor, de alocação de recursos, distribuição de bens ou serviços como também regulam as relações entre as pessoas.

Outras áreas das políticas públicas organizadas em sistemas.

Outras Políticas importantes a considerar:

Sistema Único de Saúde - SUS, que organizou e fez avançar os serviços de saúde;

Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que implementou o direito de todas e todos a uma assistência digna. Não mais como caridade ou benemerência;

Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR.

Sistema Nacional de Educação – SNE;

Sistema Nacional de Cultura – SNC;

Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;

Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE entre outros são também exemplos de como a criação de sistemas pode contribuir para o avanço na realização de suas respectivas políticas.

Qual o significado do Pacto Federativo para construção desse Sistema?

O Estado através da Carta Constitucional definiu sua estrutura e princípios, expressos na organização política e administrativa, portanto, a República Federativa do Brasil é formada pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, e seus fundamentos são a soberania nacional, a cidadania, a integridade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político.

DESAFIOS GERAIS

O Brasil de hoje já não admite, como ontem, a banalização da pobreza e os muitos modos de exclusões, os quais vêm dando lugar a políticas e sistemas públicos orientados à universalização do acesso, descentralização político-administrativa e participação social, as três diretrizes da Constituição Federal de 1988. E aqui vão aparecendo as rupturas, superações, conquistas e contradições de um país continental, federado, diverso e ainda tão desigual.

De um modo geral, há indiscutíveis avanços alcançados pelas mulheres brasileiras. É notável a repercussão do conceito de gênero na sociedade brasileira e ocidental, principalmente, como instrumento de análise das condições das mulheres e de fomento às políticas públicas. Porém, não deve ser utilizado apenas como sinônimo de “mulher”.

Ainda há grandes desafios pela frente: cumprir e superar a meta de redução da mortalidade materna; assegurar a participação de mais mulheres na política; universalizar o acesso das mulheres aos serviços de enfrentamento à violência; contribuir para que se torne Lei a criminalização dos assassinatos por ódio contra gays, lésbicas, trans, raciais e tantos outros decorrentes de uma estrutura patriarcal que discrimina, humilha e mata.

**O terceiro milênio nos
pertence!!!**

**Sair da invisibilidade e falar com voz
própria foi para as mulheres a grande
vitória histórica com que marcaram o
século XX.**

MUITO OBRIGADA!
UMA ÓTIMA CONFERÊNCIA PARA TODAS NÓS!!

clair.castilhos@gmail.com